

Liberada nova parcela do jumbo

A.M. PIMENTA NEVES
Nosso correspondente

WASHINGTON — O "chairman" do comitê de bancos internacionais que assessora o Brasil, William Rhodes, previu ontem que, se o Brasil continuar realizando progressos no seu programa de ajustamento, "os bancos credores sem dúvida considerão (a possibilidade) de conceder melhores condições, inclusive de preços, para as futuras necessidades financeiras do Brasil, nos moldes do que ocorreu com o recente pacote de dinheiro novo para o México".

Rhodes, que é vice-presidente sênior do Citibank, disse isso ao anunciar a liberação da terceira parcela (875 milhões de dólares) do "emprestimo-jumbo" de 6,5 bilhões de dólares concedido ao Brasil este ano para cobrir necessidades adicionais de 1983 e as de 1984. Os últimos saques do "jumbo" serão feitos no terceiro e quarto trimestres.

O empréstimo (dinheiro novo) de 3,8 bilhões de dólares que o México obteve dos bancos internacionais em 27 de abril último foi feito com prazo de 10 anos, inclusive cinco anos e meio de carência, e taxas de risco ("spread") de 1,5% sobre a taxa inter-

bancária de Londres (*libor*) e 1,125% sobre a taxa preferencial dos Estados Unidos (*prime rate*). A comissão do empréstimo (*facility fee*) foi de 0,625%. O Brasil está pagando mais pelo "jumbo" de 6,5 bilhões: 2% sobre a *libor*, 1,75% sobre a *prime rate*, e 1% de *facility fee*, além de uma taxa de compromisso (*commitment fee*) de 0,5%. Para o Brasil o prazo também foi menor: nove anos, com cinco de carência.

No seu comunicado de ontem, Rhodes disse que o Brasil está atingindo ou superando quase todas as metas de seu programa de ajustamento econômico e que caminha particularmente bem no setor externo. Rhodes provavelmente se referia aos grandes saldos comerciais que o País conseguiu desde o início do ano e à regularidade de seus pagamentos internacionais.

Se o Brasil obtiver as mesmas condições do México, o próximo empréstimo que levantar para o ano que vem será feito em condições melhores do que as deste ano e muito melhores do que as do ano passado, quando pagou spreads superiores a 2% sobre a *libor*, com prazos de apenas oito anos e dois anos e meio de carência.